

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Seleção Pública

ENCARGO:

JUIZ LEIGO

PROVAS OBJETIVAS SELETIVAS

MANHÃ

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas seletivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **Folha de Respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

É fácil censurar os outros; difícil é ser censor dos próprios atos.

O descumprimento dessa instrução poderá implicar a anulação das suas provas e a sua eliminação da seleção.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões de 1 a 80, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros, que expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse* e que **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 3

1 O discurso jurídico sobre a implementação dos institutos da conciliação e da mediação sugere que o Poder Judiciário vem repensando sua forma de encarar os conflitos.

4 A realidade demonstra que extinguir um processo judicial não necessariamente implica administrar o conflito interpessoal que o pressupõe e, efetivamente, resolver o problema real das pessoas.

7 A jurisdição, como atividade meramente substitutiva, dirime o litígio do ponto de vista dos seus efeitos jurídicos, mas, na imensa maioria das vezes, ao contrário de eliminar o conflito subjetivo entre as partes, incrementa-o, gerando maior animosidade e, em grande escala, a transferência de responsabilidades pela derrota judicial. A parte vencida dificilmente reconhece que seu direito não era “melhor” que o da outra e, não raro, credita ao Poder Judiciário a responsabilidade pelo revés em suas expectativas. O vencido dificilmente é convencido pela sentença, e o ressentimento decorrente do julgamento fomenta novas lides, em um círculo vicioso.

10 O discurso institucional acerca da necessidade de implementação dessas políticas alternativas nos tribunais é comumente embasado na justificativa de que elas são imprescindíveis para pôr fim à “cultura da litigiosidade” vigente em nosso país. Verifica-se, portanto, que existe uma crença de que as pessoas são demasiado litigiosas e que essa cultura é a causa do esgotamento dos tribunais. As pessoas acreditam que sempre poderão, em alguma instância judicial, encontrar algum julgador que acolha sua tese, de modo que litigar, nesse sistema, é alimentá-lo, pois ele foi constituído de forma a sempre permitir teses necessariamente opostas para um mesmo dispositivo jurídico.

Kátia Sento Sé Mello e Bárbara Gomes Lupetti Baptista.
Mediação e conciliação no Judiciário: dilemas e significados.
Internet: <<http://revistadil.dominiotemporario.com>> (com adaptações).

QUESTÃO 1

De acordo com o texto,

- Ⓐ o Poder Judiciário demonstra ineficiência ao permitir hipóteses contrárias para um mesmo dispositivo jurídico.
- Ⓑ o número elevado de litígios relaciona-se ao fato de a parte derrotada em um processo judicial se valer da possibilidade de ser beneficiada em instâncias judiciais posteriores.
- Ⓒ a implementação dos institutos da conciliação e da mediação não se tem mostrado necessária no Brasil pelo fato de as pequenas causas constituírem o maior número de demandas do judiciário no país.
- Ⓓ a jurisdição atual constitui o meio mais eficaz de resolução de conflitos.
- Ⓔ o sistema judicial brasileiro falha ao isentar os litigantes da responsabilidade pela derrota judicial.

QUESTÃO 2

Com relação a aspectos linguísticos do texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ A omissão da vírgula após “jurídicos” (ℓ.9) não acarretaria prejuízo à correção gramatical do texto.
- Ⓑ Na linha 27, o trecho “em alguma instância judicial” complementa o sentido da forma verbal “acreditam”.
- Ⓒ Subentende-se, imediatamente antes de “da mediação” (ℓ.2), a expressão **sobre a implementação**.
- Ⓓ O pronome “o”, em “o pressupõe” (ℓ.6) é empregado em referência à expressão “o conflito interpessoal” (ℓ.5).
- Ⓔ As formas verbais “resolver” (ℓ.6) e “dirime” (ℓ.9), sinônimas no texto, poderiam ser corretamente substituídas pelas formas **dirimir** e **resolve**, respectivamente.

QUESTÃO 3

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada proposta de reescrita para trechos do texto. Assinale a opção em que a proposta mantém as ideias veiculadas no texto e está gramaticalmente correta.

- Ⓐ “ele foi (...) jurídico.” (ℓ.29-31): ele foi feito para possibilitar que sempre hajam teses necessariamente opostas em um mesmo dispositivo jurídico.
- Ⓑ “A jurisdição (...) jurídicos” (ℓ.8-9): A jurisdição, que passou a ser uma atividade meramente substitutiva, dirime o âmbito judicial do litígio.
- Ⓒ “A parte vencida (...) outra” (ℓ.13-15): A parte vencida não reconhece à parte vencedora o direito que a compete.
- Ⓓ “O discurso (...) país.” (ℓ.20-24): O discurso institucional relativo a necessidade de implemento de políticas alternativas nos tribunais costuma justificar que tais políticas são fundamentais para acabar com a “cultura da litigiosidade”, a qual vige em nosso país.
- Ⓔ “Verifica-se, (...) tribunais.” (ℓ.24-26): Verifica-se, pois, a existência de uma crença de que as pessoas são muito inclinadas à contestação judicial e atribui-se a esse comportamento de impugnação o esgotamento dos tribunais.

Texto para as questões de 4 a 7

1 Desde a instituição do casamento civil no Brasil, com
a promulgação da primeira constituição republicana, em 1891,
começou-se a discutir a constituição da família, os direitos das
4 mulheres casadas e dos filhos legítimos e ilegítimos e as
possibilidades de divórcio.

O assunto ganhou bastante repercussão na época da
7 discussão do primeiro Código Civil, de 1916. No entanto,
contrariando a posição de alguns juristas proeminentes, o
Código consagrou a desigualdade nas relações entre homens e
10 mulheres: o marido era considerado, na teoria e na prática, o
cabeça do casal, podendo decidir onde sua mulher e seus filhos
iriam viver, se iriam trabalhar e como seus bens seriam
13 administrados. Poderia também representar todos os membros
de sua família perante a justiça. A mulher casada era, assim,
juridicamente incapaz, como havia sido durante todo o período
16 colonial e imperial.

Só que o comportamento das pessoas não segue a lei.
Desde a década de 20 do século XX, mulheres que viviam
19 maritalmente com seus companheiros brigavam na justiça pelo
reconhecimento da legalidade de suas uniões. Isso foi
especialmente importante, nos anos 30 e 40 do século passado,
22 para que elas se beneficiassem dos direitos reconhecidos por
Getúlio Vargas às famílias dos trabalhadores. Muitos juízes
reconheceram essas uniões como fatos sociais e deram ganho
25 de causa às mulheres.

Esses direitos foram reconhecidos e renomeados pela
Constituição da República de 1988 (CF). A partir de então,
28 concubinação virou união estável, que ganhou a mesma
especial proteção do Estado dada aos casamentos. Mesmo
definindo casamento como união “entre um homem e uma
31 mulher”, ao instituir a dignidade humana e a cidadania como
princípios constitucionais fundamentais, a CF criou
instrumentos jurídicos para que uniões entre pessoas do mesmo
34 sexo também fossem consideradas uniões estáveis.

Keila Grinberg. *Decisões atuais, origens históricas*. Internet:
<<http://cienciahoje.uol.com.br>> (com adaptações).

QUESTÃO 4

Assinale a opção correta acerca das ideias do texto acima.

- A** Depreende-se da leitura do texto que as mudanças ocorridas na legislação favoreceram as mulheres no que diz respeito às relações conjugais.
- B** A união entre pessoas do mesmo sexo e o casamento entre homens e mulheres, segundo o texto, têm o mesmo estatuto legal.
- C** O texto afirma que as mulheres têm de recorrer à justiça para obter o reconhecimento de seus direitos.
- D** O texto sugere que a desobediência às leis é um fator positivo para a sociedade.
- E** De acordo com o texto, na elaboração do Código Civil de 1916, deveria ter sido adotado o pensamento dos juristas proeminentes da época que defendiam a igualdade entre homens e mulheres nas relações conjugais.

QUESTÃO 5

De acordo com o texto,

- A** a instituição da dignidade humana e da cidadania como princípios constitucionais fundamentais criou mecanismos jurídicos para se estender o conceito de união estável à união entre pessoas do mesmo sexo.
- B** a cultura de superioridade masculina na sociedade brasileira é oriunda da cultura patriarcal portuguesa que aqui se instalou desde a época da colonização.
- C** a desigualdade nas relações conjugais deixou de existir de fato com o advento da CF.
- D** as mulheres passaram a assumir, a partir do governo de Getúlio Vargas, funções até então exercidas, na sociedade, apenas por homens.
- E** a mudança na legislação sobre o casamento é resultado de reivindicações de organizações feministas.

QUESTÃO 6

A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso

- A** o adjetivo “proeminentes” (ℓ.8) fosse substituído por **notórios**.
- B** a palavra **porque** fosse inserida imediatamente após os dois-pontos, na linha 10.
- C** o termo “a justiça” (ℓ.14) fosse substituído por **a justiça**.
- D** a forma verbal “havia sido” (ℓ.15) fosse substituída por **era**.
- E** a expressão “começou-se a discutir” (ℓ.3) fosse substituída por **começaram a ser discutidos**.

QUESTÃO 7

Em relação às estruturas linguísticas do texto, assinale a opção correta.

- A** A inserção de vírgula imediatamente após o termo “renomeados” (ℓ. 26) manteria a correção gramatical do texto.
- B** O emprego do pronome relativo **onde** em lugar de “que” (ℓ.28) seria sintática e semanticamente adequado.
- C** A oração “ao instituir (...) fundamentais” (ℓ.31-32) exprime circunstância de tempo em relação à oração subsequente.
- D** O pronome “seus” (ℓ.12) refere-se a “marido” (ℓ.10).
- E** Não haveria prejuízo para a correção gramatical ou para a coerência do texto se a forma verbal “segue”, na linha 17, estivesse flexionada no plural, concordando com o termo mais próximo — “pessoas”.

Texto para as questões de 8 a 10

1 Veem-se diferenças flagrantes de conceitos do que
seja justo, mesmo entre os ordenamentos ocidentais. Recorde-
se da pena de morte e das diferentes formas aceitas para isso
4 ou, ainda, da licitude conferida ao consumo de certas
substâncias psicotrópicas e entorpecentes, inimaginável em
nosso país, dado o estado cultural em que se encontra.

7 É preciso ter ciência de que valores como justiça e
segurança jurídica são delineados pelos contornos de cada
ordenamento jurídico, ou seja, ainda que sofra o irresistível
10 influxo das aspirações internacionais, a valoração do que seja
justo ou seguro estará a critério de cada Estado em suas opções
políticas.

13 Apesar de esforços doutrinários ou declarações
formalizadas por organismos internacionais flagrantemente
controlados por nações ocidentais, não há conceitos universais
16 de justiça ou de segurança jurídica, pois não existe um padrão
desses conceitos em todas as culturas do mundo, embora os
direitos fundamentais espelhem prerrogativas consideradas, em
19 geral, indeclináveis pelo ser humano, essenciais a uma
existência digna.

Assim, assume especial importância o estudo do
22 constitucionalismo, uma vez que será a Constituição de cada
Estado soberano que ditará, na prática, o direito objetivo em
seus respectivos territórios e, por conseguinte, o que se deverá
25 entender por justiça e por segurança jurídica. E mais: a
Constituição dirá quem será o agente incumbido de dizer o que
é compatível com suas normas e, conseqüentemente, com o
28 justo.

Rodrigo Esperança Borba. *Existe sentença transitada em
julgado inconstitucional?* Revista da SJRJ: Rio de Janeiro, n.º 26,
p. 119-20, 2009. Internet: <www4.jfrj.jus.br> (com adaptações).

QUESTÃO 8

No que se refere às ideias do texto acima, assinale a opção correta.

- A** Organismos internacionais agem de forma controversa ao defenderem, em nome da justiça, práticas que não respeitam os diferentes modos de pensar e de viver das nações.
- B** No texto, criticam-se os países cuja legislação admite a pena de morte e o consumo de determinadas drogas.
- C** Cabe a cada Estado soberano deliberar a respeito dos conceitos de justiça e de segurança jurídica adotados em seu território.
- D** A despeito do caráter absoluto de valores como justiça e segurança jurídica, cabe ao ordenamento jurídico de cada Estado a decisão de inseri-los, ou não, em sua Constituição.
- E** No trecho “dado o estado cultural em que se encontra” (l.6), está implícita a ideia de que o Brasil é atrasado culturalmente em relação aos demais países do mundo.

QUESTÃO 9

Assinale a opção correta acerca de aspectos linguísticos do texto.

- A** Nas linhas 13 e 14, a expressão “ou declarações formalizadas”, que constitui uma explicação do termo “esforços doutrinários”, poderia ser isolada por vírgulas, sem prejuízo para a correção gramatical do texto.
- B** A substituição de “há” (l.15) por **existe** manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- C** A substituição da expressão “uma vez que” (l.22) por **porquanto** manteria a correção gramatical sem prejuízo para o sentido do texto.
- D** As formas verbais “ditará” (l.23) e “deverá entender” (l.24-25) remetem ao mesmo agente: “a Constituição de cada Estado soberano” (l.22-23).
- E** A expressão “ao consumo de certas substâncias” (l.4-5) poderia ser substituída por **para a ingestão de certas substâncias**, sem prejuízo gramatical ou semântico ao texto.

QUESTÃO 10

Em cada uma das seguintes opções, é apresentado um período redigido a partir das ideias apresentadas no texto. Assinale a opção correspondente ao período gramaticalmente correto.

- A** É preciso ter ciência da diversidade cultural e de valores no mundo e que cada povo tem seu conceito de justiça.
- B** As lideranças políticas de cada Estado devem levar em conta suas idiosincrasias ao estabelecer o que é justo e seguro.
- C** O constitucionalismo hoje em dia, é um assunto cujo debate deve ser estendido aos mais diferentes povos, para que o direito objetivo seja definido de maneira apropriada em cada Estado soberano.
- D** O uso de certas substâncias psicotrópicas ou entorpecentes são permitidas em alguns países ocidentais.
- E** Os direitos humanos exprimem prerrogativas fundamentais para uma vida humana digna.

Texto para as questões de 11 a 13

1 A vida social exige regras que disciplinem a conduta
de seus partícipes, com vistas à manutenção da ordem e da
harmonia sociais, como reconhecimento dos direitos e das
4 obrigações dos integrantes de determinada sociedade. À ideia
de que a vida em grupo só é possível com a restrição da
liberdade de cada um em benefício do todo corresponde outra
7 ideia, que consiste na possibilidade de violação do direito
alheio. A sanção jurídica é uma resposta à violação do direito,
usada como instrumento de punição ao transgressor e de
10 intimidação a terceiros que cogitem a possibilidade de
desrespeitá-lo. A sanção, entre cujas espécies se inclui a pena
criminal, é tão antiga quanto o próprio homem.

13 Na Antiguidade, os delitos eram punidos com penas
corporais e infamantes, suplícios e torturas. A pena capital era
largamente utilizada. Ainda não se concebia a prisão como
16 pena, mas ela era bastante utilizada como instrumento de
custódia do delinquente enquanto ele aguardava o julgamento
ou a punição. Geralmente o criminoso era encarcerado sob
19 condições subumanas. Na tradição greco-romana, a prisão civil
por dívida era utilizada não como pena, mas como instrumento
para compelir o devedor a saldar sua dívida.

22 Na Idade Média, eram largamente utilizadas as penas
corporais e infamantes, as capitais e de suplício e as torturas.
Também eram bastante comuns as ordálias, ou juízos de Deus,
25 processos pelos quais a divindade, invocada pelo julgador,
emitia o juízo ou a sentença por meio de uma prova, que
absolvia ou condenava o acusado. O caráter desumano das
28 penas era marcado pela desproporcionalidade na punição do
delito, uma vez que a mínima transgressão era punida com as
penas mais bárbaras.

Internet: <www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br> (com adaptações).

QUESTÃO 11

Consoante as ideias do texto acima,

- A as formas de punição mais severas da Idade Média eram as determinadas pelas ordálias.
- B um importante direito conquistado pela sociedade moderna foi o abrandamento da pena criminal.
- C as penas corporais e infamantes são proibidas nos dias de hoje, já que representam uma forma de ofensa aos direitos humanos.
- D o sistema punitivo consiste em um tipo de violação ao direito alheio.
- E a convivência em sociedade está embasada em restrição da liberdade individual.

QUESTÃO 12

As ideias originais do texto seriam mantidas se

- A o artigo **o** fosse inserido antes do nome “reconhecimento” (ℓ.3).
- B fosse introduzida, na linha 10, uma vírgula imediatamente após “terceiros”, e a expressão “que cogitem” fosse substituída por **os quais cogitam**.
- C o adjetivo “infamantes” (ℓ.14) fosse substituído por **desonrantes**.
- D a expressão “enquanto ele aguardava” (ℓ.17) fosse substituída por **para ele aguardar**.
- E a forma verbal “disciplinem” (ℓ.1) fosse substituída por **disciplinam**.

QUESTÃO 13

A coerência e a correção gramatical do texto seriam mantidas caso

- A a expressão “era marcado” (ℓ.28) fosse substituída por **eram marcadas**, para concordar com o nome “penas” (ℓ.28).
- B a expressão “na punição do delito” (ℓ.28-29) fosse substituída por **da punição do delito**.
- C as expressões “À ideia” (ℓ.4) e “outra ideia” (ℓ.6-7) fossem substituídas por **A ideia** e **à outra ideia**, respectivamente.
- D o vocábulo “bastante” (ℓ.24) fosse flexionado no plural: **bastantes**.
- E a vírgula empregada imediatamente após “Deus” (ℓ.24) fosse substituída por ponto final, com as devidas alterações de maiúscula e minúscula.

Texto para as questões 14 e 15

1 A influência canônica no sistema penitenciário e no
processo de humanização da pena e de afirmação da prisão
como sanção é evidente. A partir dela, a pretensão de
4 reabilitação da pena e de sua humanização, radicada na criação
das prisões eclesiásticas da Idade Média, tomou corpo, e a
prisão substituiu paulatinamente as penas desumanas que
7 grassaram na antiguidade e na era medieval. Esse período
humanitário ganhou força nas correntes iluministas, que
criticavam a tortura, o arbítrio judicial, a desproporcionalidade
10 e a crueldade das penas. Tal conduta representou um avanço do
sistema criminal, que seguiu paralelamente à evolução dos
direitos humanos, sobretudo na matriz das garantias
13 processuais. A crueldade e a desproporcionalidade das penas
foram fatores decisivos para a promoção da luta por novas
garantias e contra o arbítrio dos governantes, o que contribuiu
16 para a evolução dos direitos humanos.

Idem, ibidem (com adaptações).

QUESTÃO 14

Com base na leitura do texto, é correto concluir que

- A a pena humanizada é a mais eficaz no processo de reabilitação do infrator.
- B o movimento iluminista pôs fim ao arbítrio judicial.
- C a prisão, principal meio de punição dos criminosos, assegurava as garantias processuais.
- D a crueldade e a desproporcionalidade das penas aplicadas foram determinantes para a luta por mudanças sociais.
- E os direitos humanos não teriam sido respeitados sem a participação da Igreja.

QUESTÃO 15

Com relação à retomada de expressões e ideias no texto, assinale a opção correta.

- A Na linha 4, o pronome “sua” refere-se a “reabilitação”.
- B A expressão “período humanitário” (ℓ.7-8) está empregada em referência a “Idade Média” (ℓ.5).
- C A expressão “Tal conduta” (ℓ.10) refere-se à crítica dos iluministas à tortura, ao arbítrio judicial, à desproporcionalidade e à crueldade das penas.
- D O pronome “o”, em “o que contribuiu” (ℓ.15), retoma o sujeito “A crueldade e a desproporcionalidade das penas” (ℓ.13).
- E O elemento “dela” (ℓ.3) retoma a expressão “humanização da pena” (ℓ.2).

Texto para as questões de 16 a 18

1 E se, depois da execução, alguém descobrir que o
acusado do crime é inocente? Essa é uma das questões
fundamentais para quem defende a extinção das penas capitais.
4 Sentença de morte é irreversível, ao contrário de outras
punições severas, como a prisão perpétua. Erros judiciais ou de
investigação acontecem. A Anistia Internacional calcula que,
7 desde 1973, pelo menos 138 condenados à morte nos Estados
Unidos da América (EUA) foram absolvidos antes que a pena
fosse executada. Se tivessem morrido, não haveria reparação
10 capaz de compensar o dano.

O principal argumento pelo fim da pena de morte, no
entanto, é o fato de que ela não funciona — não, pelo menos,
13 no que diz respeito à redução da criminalidade. Nos trinta e
seis estados norte-americanos que adotam esse tipo de pena, o
índice de assassinatos por cem mil habitantes é maior que o
16 registrado nos outros catorze estados em que não há pena de
morte. Na França, especialistas em segurança pública garantem
que a violência não explodiu depois que a guilhotina foi
19 aposentada. No Irã, a pena de morte foi reintroduzida em 1979,
com a revolução islâmica, o que não implicou redução das
taxas de criminalidade.

22 Por fim, pesa contra a pena de morte um argumento
econômico: ela é muito mais cara que o encarceramento. Um
dos estudos mais recentes sobre o tema, feito no estado
25 americano do Kansas, em 2003, revelou que o custo de uma
sentença capital era até 70% mais alto que o de uma
condenação ao cárcere. Um único caso de pena de morte
custava, em média, US\$ 1,26 milhão (valor gasto durante todo
o processo), ao passo que um caso de condenação à prisão
28 custava US\$ 740 mil (até o fim da pena). Na Califórnia, o gasto
com o atual sistema penal, que prevê a pena de morte, gira em
torno de US\$ 137 milhões ao ano. Sem ela, o custo estimado
31 seria de apenas US\$ 11,5 milhões.

Tavo Torres. **Pena de morte**. Internet:
<<http://super.abril.com.br>> (com adaptações).

QUESTÃO 16

Com base nas informações do texto, é correto concluir que

- A mais de cem condenados à morte foram absolvidos, em 1973, pela Anistia Internacional, organização que atestou a injustiça das condenações feitas.
- B há evidências de que, nos estados norte-americanos em que a pena capital é adotada, o índice de violência pode ser até mesmo maior que nos demais estados.
- C o índice de criminalidade na França atualmente é bastante reduzido.
- D a taxa de criminalidade no Irã é mais alta hoje do que antes dos anos 80 do século passado.
- E o custo da pena de morte no estado da Califórnia é proporcionalmente maior que o assumido pelo estado do Kansas.

QUESTÃO 17

Assinale a opção em que a afirmação acerca da pena de morte está em consonância com o texto.

- A Os custos da pena capital são elevados em virtude dos gastos com a investigação do crime, que deve ser criteriosa, e com a contratação de advogados experientes.
- B Caso a pena de morte reduzisse o índice de criminalidade, as despesas do governo com esse tipo de sentença seriam vantajosas.
- C A pena de morte é duramente criticada por religiosos, já que a questão envolve a decisão humana em relação à vida e à morte.
- D Os erros judiciais ou investigativos são mais frequentes na análise de crimes que poderiam levar à execução dos acusados.
- E A possibilidade de erros judiciais ou investigativos, a indicação de não redução nas taxas de criminalidade e o alto custo da pena de morte depõem contra a adoção desse tipo de sanção.

QUESTÃO 18

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada proposta de reescrita para trechos do texto. Assinale a opção em que a proposta mantém a correção gramatical sem prejuízo para o sentido do texto.

- A “Um dos estudos (...) cárcere.” (ℓ.23-27): O custo de uma sentença capital no Kansas no ano de 2003 era até 70% mais alto que uma condenação ao cárcere, segundo estudos recentes sobre o tema.
- B “Na Califórnia, (...) milhões.” (ℓ.30-33): Atualmente a Califórnia gasta cerca de US\$ 137 milhões com o sistema penal o qual adota, que inclui a pena de morte, sem a qual estima-se que ela gastaria apenas US\$ 11,5 milhões.
- C “Sentença (...) perpétua.” (ℓ.4-5): Não se pode reverter sentença de morte, mas, prisão perpétua e outras punições severas sim.
- D “O principal (...) funciona” (ℓ.11-12): Portanto o principal argumento pelo fim da pena de morte, é o fato de que ela simplesmente não funciona
- E “Na França, (...) aposentada.” (ℓ.17-19): Conforme garantem especialistas em segurança pública, a violência não irrompeu na França depois que a guilhotina deixou de ser usada.

QUESTÃO 19

Com relação ao ambiente Windows XP, assinale a opção correta.

- A** No Windows XP, as opções de *backup* de dados incluem os tipos diferencial e incremental. No primeiro, são gravadas apenas as diferenças entre o último *backup* normal e o que está sendo feito atualmente; no segundo, não é necessário que seja feito o *backup* normal, pois, entre os dados do *backup* incremental incluem-se todos os *backups* diferenciais feitos anteriormente.
- B** No Windows XP, áreas de trabalho, como discos locais, impressoras e pastas de arquivos, podem ser compartilhadas para serem acessadas por outros usuários e sistemas, por meio da opção Meus Locais de Rede.
- C** O mapeamento de recursos ou unidades de rede do Windows XP permite que se obtenha a configuração dos parâmetros de acesso à rede, como, por exemplo, configuração de segurança e permissões de usuários.
- D** O Windows XP opera, por padrão, com sistemas de arquivo dos tipos NTFS e FAT, mas, por questão de segurança avançada do sistema, não permite a partição ou formatação do disco rígido.
- E** Arquivos enviados para a Lixeira do Windows XP são analisados pelo antivírus nativo do sistema, antes de serem armazenados temporariamente ou descartados.

QUESTÃO 20

Com relação ao ambiente Windows 7, assinale a opção correta.

- A** Algumas versões do Windows 7 oferecem opção avançada de navegação por meio de toque em tela, sem necessidade do uso de *mouse*, desde que o dispositivo de *hardware* usado tenha funcionalidade de tela sensível a toque, como a de *tablets*, por exemplo.
- B** As interfaces e as barras de tarefas do Windows 7 são as mesmas do Windows XP, para facilitar a navegação intuitiva e permitir que o usuário tenha a sensação de navegar no mesmo ambiente.
- C** O Windows 7, a sétima edição resumida do sistema operacional Windows da Microsoft, é distribuído gratuitamente para usuários que pretendem migrar para a plataforma Windows.
- D** O Windows 7 disponibiliza três edições — HomeBasic, Professional e Ultimate — voltadas, respectivamente, para usuários com pouco, médio ou avançado conhecimento em Windows.
- E** São restritivas as características de acesso das opções de reprodução de música e de multimídia no Windows 7, não sendo permitido acesso remoto a arquivos de outras máquinas e usuários.

QUESTÃO 21

Uma *intranet* pode ser considerada uma Internet restrita, acessada por meio de cadastro de usuários, geralmente de grupo ou empresa. O uso da *intranet* justifica-se na situação em que

- A** o uso de protocolos e serviços avançados, rápidos e seguros, distintos daqueles usados pela Internet, seja necessário e específico às necessidades da empresa.
- B** uma empresa precise armazenar um arquivo sigiloso de maneira segura em um ambiente de rede, para que seja acessado por um cliente externo à rede.
- C** seja necessário isolar o ambiente corporativo interno do ambiente externo, oferecendo-se serviços de forma restrita aos usuários de uma empresa, por meio de autenticação e níveis de acesso dos usuários.
- D** não haja necessidade de restringir acesso a arquivos da empresa.
- E** todos os usuários da empresa disponham do mesmo nível de acesso ao sistema e possam consultar as informações disponibilizadas na rede, sem restrição.

QUESTÃO 22

Com relação à utilização de aplicativos de navegação na Internet, assinale a opção correta.

- A** Os botões Avançar e Voltar, normalmente encontrados nos navegadores de Internet, servem para que o usuário transite entre URLs visitadas ou sequências de *links* acionados durante a navegação.
- B** As abas de navegação permitem que sejam abertas outras sessões do navegador exclusivas para a visualização das páginas e *links* do sítio que esteja sendo visitado, naquele momento, pelo usuário.
- C** As opções Página Inicial e Home, disponíveis nos navegadores de Internet, permitem que o usuário retorne à primeira página cuja URL ele tenha digitado no dia da consulta.
- D** Mecanismos de pesquisa, a exemplo do Google e do Yahoo, são ferramentas instaladas, por padrão, em navegadores como o Internet Explorer e o Mozilla Firefox.
- E** Navegadores ou *browsers* são aplicativos instalados no computador, para possibilitar a sua conexão a um provedor de acesso à Internet.

QUESTÃO 23

A respeito da utilização de ferramentas para acesso à Internet, assinale a opção correta.

- A** Não há mecanismo que garanta que um sítio acessado seja, de fato, o que se deseja acessar.
- B** O histórico de navegação, funcionalidade disponível em todos os sítios da Internet, permite listar os usuários e endereços de IP que tiveram acesso àquele ambiente em determinado período.
- C** Um bloqueador de *pop-ups* pode ser usado para que usuários indesejados não acessem determinadas páginas da Internet, principalmente as restritas por questões de segurança.
- D** Os *cookies*, instalados no computador do usuário, automaticamente, pelos sítios acessados, para facilitar um segundo acesso, gravam algumas preferências de uso e podem ser desabilitados pelo usuário.
- E** As páginas favoritas da Web podem ser armazenadas localmente na máquina do usuário para acesso *offline* a qualquer momento, recurso que é disponibilizado por meio da opção Favoritos, disponível nos principais navegadores.

QUESTÃO 24

+Você **Pesquisar** Imagens Mapas Play YouTube Notícias Gmail Docs Agenda Mais -

Google TJ PB

Pesquisar Aproximadamente 30.100.000 resultados (0,11 segundos)

Web **Tribunal de Justiça da Paraíba » home**
www.tjpb.jus.br/

Imagens Acesso a consultas processuais, de jurisprudência, de pautas de julgamento e de súmulas do Tribunal.

Mapas

Vídeos **Consulta Processual** **Jurisprudência**
Consulta Processual. Busca Processo por: Número do ... Jurisprudência. A base de acórdãos disponíveis contempla ...

Notícias

Shopping **Juizados Especiais** **ESMA**
Processos Eletrônicos do Tribunal de Justiça da Paraíba. Cursos - Contato - Áreas de atuação - ...

Mais

Brasília - DF **Solicitar Certidão** **Consulta Súmula**
Alterar local O Sistema de Emissão de Certidão Negativa Estadual possibilita a ... Súmula Nº 41. O prazo decadencial de 03 (três) meses ...

A Web **FórumCW :: Exibir tópico - TJPB 2008 - concurso de servidores**
Páginas em português fórum.concursos.correioweb.com.br/viewtopic.php?t=159351&sid...
Páginas de Brasil 100 + postagens - 14 autores - 1 fev.
Páginas estrangeiras traduzidas Bom, havia um tópico anterior discutindo sobre as nomeações do concurso TJPB 2008, mas sumiu... Estou criando este, p/ voltarmos a discutir ...
Mais ferramentas Mais resultados de tjpb.jus.br »

Tendo como referência a figura acima, que ilustra o resultado de uma busca feita no Google, assinale a opção correta.

- Ⓐ A forma de digitação do termo a ser pesquisado dentro do campo de busca não interfere no resultado da busca.
- Ⓑ Se a busca apresentada na tela for feita, com restrição linguística, em toda a Web, ou seja, tanto em páginas do Brasil quanto em páginas estrangeiras, em português, a opção Web deverá estar selecionada.
- Ⓒ Ao se clicar, no *menu* à esquerda da tela, a opção Notícias, o Google apresentará, como resultado da busca, todas as notícias que tenham sido publicadas no sítio listado na tela.
- Ⓓ No *menu* à esquerda da tela, a opção Mapas oferece os mapas de navegação dos sítios que se deseja buscar, de modo a permitir navegação por meio da estrutura de *links* de sítios.
- Ⓔ Ao se clicar a opção Imagens do *menu* à esquerda da tela, serão mostradas todas as imagens que existem no sítio pesquisado e apresentado na busca.

QUESTÃO 25

Acerca do ambiente Br.Office, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Calc, calculadora do Br.Office, é usado somente para operações matemáticas básicas, cujos resultados podem ser exportados para outro programa de elaboração de planilhas eletrônicas.
- Ⓑ O Br.Office permite que os programas sejam utilizados de forma integrada, ou seja, é possível incluir uma planilha em um documento ou uma imagem em uma apresentação de eslaides.
- Ⓒ O programa Impress do Br.Office é o gerenciador de impressão, disponível para opções avançadas de impressão de imagens e arquivos.
- Ⓓ O Br.Office é uma suíte de ferramentas de edição de imagens e textos que pode ser executada exclusivamente em sistemas operacionais Linux.
- Ⓔ No Br.Office, o Math equivale ao Excel do MSOffice, ambos utilizados para a elaboração e edição de planilhas eletrônicas avançadas.

QUESTÃO 26

No que se refere a ferramentas e aplicativos de navegação, correio eletrônico, grupos de discussão e busca e pesquisa, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os acessos a *email* e a grupos de notícias via *web* ou via *software* do cliente geralmente oferecem os mesmos tipos de opções de uso e permitem que as contas de *email* sejam acessadas a qualquer momento, de qualquer lugar, desde que as mensagens estejam armazenadas com cópia no servidor de *email*.
- Ⓑ Os clientes de *email* existentes no mercado permitem envio e recebimento de mensagens com restrições, como ocorre, por exemplo, com uma mensagem criptografada ou com certificado de envio e recebimento; tais funcionalidades, no entanto, estão presentes na rede de comunicação de dados, e não no cliente de *email*.
- Ⓒ O catálogo de endereços de *email* é uma ferramenta que, entre outras funcionalidades, realiza busca de endereços na Internet referentes aos destinatários para os quais já tenham sido enviadas mensagens de *email*.
- Ⓓ Em um grupo de discussão, são cadastrados os *emails* dos participantes para que haja troca de mensagens entre eles, e o que se envia a esses grupos é recebido por todos, sem moderação.
- Ⓔ As ferramentas de busca possibilitam que se encontrem páginas indexadas, ou não, em qualquer sítio da Internet, sendo suficiente que a página a ser listada em uma busca por palavra-chave esteja disponível publicamente.

QUESTÃO 27

Com relação ao uso de ferramentas de edição de textos do Br.Office e a suas funcionalidades, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Writer oferece a opção de salvamento de arquivos em diversos formatos para serem abertos por outras plataformas, incluindo-se arquivos em PDF, que podem também ser abertos e editados pelo Writer.
- Ⓑ A opção Repetir do Writer é equivalente ao recurso Pincel do Word, que repete o comando executado anteriormente e aplica a mesma formatação ao objeto em uso.
- Ⓒ A barra de ferramentas de formatação de documentos do Writer oferece opções de configuração de estilos, tamanho e tipo de fonte, alinhamento de parágrafos, aumento e diminuição de recuos.
- Ⓓ As barras de *menus* de todos os *softwares* do Br.Office, localizadas no rodapé das páginas, apresentam basicamente as mesmas informações.
- Ⓔ A opção de proteger uma célula de uma tabela existe apenas no programa de planilha eletrônica, pois as tabelas do editor de texto e do programa de apresentação de eslaides são muito simples para a edição em modo avançado.

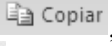
QUESTÃO 28


Acerca dos comandos e funcionalidades do programa Microsoft Word, assinale a opção correta.


- Ⓐ O corretor ortográfico do Word oferece uma opção de revisão por meio da qual é possível comparar um documento com suas versões anteriores e buscar alterações do uso de um termo ao longo dessas versões.
- Ⓑ Os recursos de tabulação do Word podem ser utilizados tanto mediante ajustes diretamente nas régua existentes nas partes superior e esquerda da tela quanto por meio do botão TAB do teclado.
- Ⓒ No Word, a inserção de tabela com fórmula só é possível mediante vínculo com uma planilha do Excel.
- Ⓓ O Word permite a elaboração de formulários de, no máximo, vinte campos, a serem preenchidos de acordo com parâmetros que podem ser definidos conforme o tipo de conteúdo do campo.
- Ⓔ O Word disponibiliza ferramentas de revisão de texto que permitem a adição de comentários que, editados no rodapé ou cabeçalho dos documentos, podem ser expostos ou ocultos ao leitor.

QUESTÃO 29

	A	B	C	D	E
1	10,00	20,00			
2	30,00	40,00			
3		30,00			
4					

A figura acima ilustra parte de uma janela do Excel 2007, em execução em um computador com sistema operacional Windows XP. Sabendo-se que todas as células da planilha mostrada estão formatadas para número com duas casas decimais, é correto afirmar, com base nas informações apresentadas, que, ao se executar a operação de clicar a célula B3, clicar o botão ,

clicar a célula B4 e, finalmente, clicar a parte  do botão

, o conteúdo numérico da célula B4 será igual a

- Ⓐ 50,00.
- Ⓑ 60,00.
- Ⓒ 70,00.
- Ⓓ 20,00.
- Ⓔ 40,00.

QUESTÃO 30

Assinale a opção correta a respeito das ameaças que possam colocar em risco um ambiente computacional.

- Ⓐ Os *spams*, mensagens enviadas sem solicitação dos destinatários, geralmente com o propósito de fazer propaganda ou espalhar boatos, representam ameaça de grande periculosidade, pois carregam conteúdos com vírus indetectáveis.
- Ⓑ Cavalos de troia são programas que se propagam automaticamente por meio de *emails* ou páginas *web* e se multiplicam em programas dos usuários, alterando as suas configurações.
- Ⓒ Os *hackers*, por serem usuários com conhecimento avançado de informática e redes, são frequentemente contratados pelas empresas para fazerem testes de segurança em ambientes computacionais, a fim de encontrar soluções que melhorem a segurança da informação.
- Ⓓ *Crackers* são usuários mal intencionados que trabalham dentro das empresas e, com pouco conhecimento de informática, abrem brechas para que *hackers*, também mal intencionados, invadam as redes das empresas a fim de obter informações valiosas.
- Ⓔ *Phishing* e *pharming* são técnicas para a obtenção, no mundo real, de informações sobre fragilidades de acesso aos ambientes computacionais, como roubo de senhas, por meio de técnicas de engenharia social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

A lei, fonte primária do direito brasileiro, é

- A específica, facultativa, provisória e competente.
- B genérica, facultativa, permanente e competente.
- C específica, imperativa, provisória e competente.
- D genérica, facultativa, provisória e concreta.
- E genérica, imperativa, permanente e autorizante.

QUESTÃO 32

Com relação às formas de integração da norma jurídica, assinale a opção correta.

- A O costume é instituto típico do sistema *civil law*.
- B Entende-se por analogia a aplicação, a determinado caso concreto, de uma norma próxima ou de um conjunto de normas próximas, a despeito da existência de norma prevista para o referido caso.
- C A lacuna ontológica pressupõe a existência de norma para regular o caso concreto, sem, entretanto, eficácia social.
- D O costume *secundum legem* é forma de integração da norma jurídica.
- E Em caso de lacuna ou obscuridade da lei, o juiz deve recorrer, primeiramente, aos princípios gerais do direito, uma vez que são esses princípios que orientam todo o ordenamento jurídico.

QUESTÃO 33

No tocante a pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- A A associação pressupõe a existência de direitos e obrigações recíprocos entre os associados.
- B Em regra, a qualidade de associado é transmissível.
- C A alteração do estatuto de fundações exige aprovação do órgão do Ministério Público (MP).
- D As pessoas jurídicas não fazem jus à proteção dos direitos da personalidade.
- E As associações públicas não são pessoas jurídicas de direito público interno.

QUESTÃO 34

No que se refere ao que dispõe a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a opção correta.

- A Em razão da aplicação do princípio da justiça universal, as sentenças proferidas no estrangeiro terão eficácia no Brasil ainda quando ofenderem os bons costumes.
- B A proibição do *non liquet* não é dirigida ao juiz.
- C A lei do país em que a pessoa tenha nascido determina as regras acerca do começo e do fim da personalidade.
- D A sucessão por morte obedece à lei do país em que tenha falecido o *de cuius*.
- E A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

QUESTÃO 35

Assinale a opção correta no que se refere à pessoa natural.

- A Não se exige que a emancipação realizada por sentença seja registrada no registro público.
- B A lei brasileira reconhece ao nascituro o dano moral.
- C Declara-se a morte presumida com decretação de ausência quando o corpo da pessoa desaparecer, sendo extremamente provável a sua morte por ter estado em perigo de vida.
- D A presunção oriunda da comoriência é absoluta.
- E A capacidade dos índios é regulada pelo Código Civil de 2002.

QUESTÃO 36

O reconhecimento da existência social da pessoa jurídica, admitido no Código Civil de 2002, tem como base a teoria

- A momentânea.
- B da realidade técnica.
- C da ficção.
- D da realidade objetiva.
- E negativista.

QUESTÃO 37

Assinale a opção correta acerca do negócio jurídico.

- A As condições de fazer coisas impossíveis, quando resolutivas, são inexistentes.
- B O termo inicial suspende a aquisição do direito.
- C Os negócios jurídicos benéficos devem ser interpretados de modo extensivo.
- D Em regra, o representante pode contratar consigo mesmo.
- E A condição integra o plano de validade do negócio jurídico.

QUESTÃO 38

No que tange aos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- B A coação exercida por terceiro não é capaz de viciar o negócio jurídico.
- C Constatada a existência de fraude contra credores, o negócio jurídico é nulo.
- D O dolo acidental é anulável.
- E A lesão ocorre quando alguém, premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

QUESTÃO 39

Com relação à prescrição e à decadência, assinale a opção correta.

- Ⓐ A suspensão da prescrição só pode ocorrer uma vez.
- Ⓑ Em regra, o prazo decadencial é interrompido por protesto cambial.
- Ⓒ A renúncia à prescrição pode ocorrer mesmo antes de sua consumação.
- Ⓓ Os prazos de prescrição podem ser alterados somente por acordo das partes.
- Ⓔ A pretensão relativa à tutela prescreve em quatro anos, a contar da data da aprovação das contas.

QUESTÃO 40

Com relação a partes e procuradores, medidas cautelares e recurso, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para que haja revogação ou modificação de medida cautelar, faz-se necessário que a parte interessada impugne a medida mediante recurso específico, em respeito à taxatividade dos recursos.
- Ⓑ Indeferida medida cautelar antecedente, poderá a parte intentar a ação principal, visto que o indeferimento, ainda que por prescrição ou decadência, não influi no julgamento da ação.
- Ⓒ Ao demandante de tutela cautelar pode-se atribuir tanto a responsabilidade por má-fé quanto a responsabilidade objetiva.
- Ⓓ O sequestro objetiva a conservação de coisa indeterminada; o arresto, a conservação de coisa determinada.
- Ⓔ Concedida a medida cautelar em procedimento preparatório, presume-se o trintídio para a propositura da ação principal, a contar da data de concessão da medida.

QUESTÃO 41

No que se refere a procedimentos especiais, assinale a opção correta.

- Ⓐ As formas de intervenção de terceiros — nomeação à autoria, oposição, chamamento ao processo e denunciação da lide — são cabíveis em ação civil pública.
- Ⓑ A pessoa relativamente incapaz menor de dezoito anos de idade e maior de dezesseis anos detém legitimidade para propor ação popular.
- Ⓒ A legitimidade passiva na ação de improbidade é do agente público — pessoa que desempenha atividade em órgão público de forma transitória ou não, mas sempre de forma remunerada — responsável pelo ato, bem como daquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a sua prática ou dela venha a beneficiar-se.
- Ⓓ De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, para a configuração da improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, deve haver envolvimento de agente público no exercício de sua função e prejuízo ao erário.
- Ⓔ Os recursos elencados na lei que trata da improbidade administrativa são os mesmos previstos no Código de Processo Civil (CPC), sem peculiaridades, pois o sistema recursal é o mesmo, em razão da subsidiariedade do rito adotado.

QUESTÃO 42

Acerca de provas, atos processuais, formação, suspensão e extinção do processo, bem como de competência, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considera-se proposta a ação a partir do momento em que seja despachada, ainda que haja mais de um juízo, dada a figura, nos fóruns, do juiz distribuidor, que despacha na petição inicial.
- Ⓑ Tratando-se de ação que diga respeito a imóvel situado em mais de uma comarca, o foro será determinado por prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.
- Ⓒ A norma que dispõe sobre a distribuição do ônus da prova apresenta como finalidade única a instrução processual, ou seja, visa estimular as partes a desempenhar os seus encargos probatórios.
- Ⓓ Na fase de depoimento pessoal, à parte que deixar de responder ao que lhe seja perguntado será aplicada a pena de confissão, dada a presunção absoluta de veracidade dos fatos.
- Ⓔ Na sistemática do CPC, são previstos prazos dilatatórios e prazos peremptórios, podendo os últimos ser alterados pelo magistrado, de ofício ou a requerimento da parte.

QUESTÃO 43

No que diz respeito ao magistrado e ao MP, bem como a processo e procedimento, assinale a opção correta.

- Ⓐ A atuação do MP como *custos legis* visa resguardar tanto o interesse público primário quanto o secundário.
- Ⓑ No procedimento comum sumário, não há fase autônoma de saneamento.
- Ⓒ Em caso de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo automobilístico, cabe o procedimento sumário, em decorrência da indisponibilidade do rito processual, mesmo diante da necessidade de produção de prova técnica de maior complexidade.
- Ⓓ Em atenção ao princípio da segurança jurídica, o ordenamento jurídico brasileiro veda a possibilidade de que o magistrado decida com base na equidade.
- Ⓔ Ao juiz cabe decidir a lide nos limites de sua proposição, não lhe sendo vedado, entretanto, decidir além do que lhe seja proposto, caso que configura julgamento *extra petita*; ao magistrado, portanto, cabe decidir tanto a lide processual quanto a lide social.

QUESTÃO 44

Com relação a procedimento ordinário, provas, jurisdição e ação, bem como a resposta do réu, revelia e julgamento conforme o estado do processo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O julgamento antecipado da lide, que visa encurtar o procedimento, seja comum ou sumário, resume-se aos casos em que a questão de mérito seja de direito.
- Ⓑ A petição inicial deve ser instruída com os documentos úteis à propositura da ação.
- Ⓒ Na petição, ocorre cumulação alternativa quando verificada a existência de pedidos alternativos.
- Ⓓ A contestação e a reconvenção devem ser oferecidas, simultaneamente, nos mesmos autos, em peças autônomas, e a exceção de incompetência absoluta e a exceção de incompetência relativa devem ser processadas em apenso aos autos principais.
- Ⓔ Os efeitos de ordem material advindos da decretação da revelia implicam a presunção da veracidade das alegações fáticas apresentadas pelo autor, sendo essa presunção *iure et iure*.

QUESTÃO 45

Assinale a opção correta a respeito da sentença e da coisa julgada, da liquidação e do cumprimento de sentença.

- Ⓐ Admite-se a liquidação antecipada da sentença nos casos em que o recurso tenha sido recebido em efeito suspensivo.
- Ⓑ Aplicada à coisa julgada material, a teoria da identidade da relação jurídica refere-se à existência de identidade entre as mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido.
- Ⓒ Em atenção ao princípio da congruência, o magistrado, ao proferir a sentença, deve limitar-se ao que seja pleiteado pelo autor da ação, desconsiderando eventual pretensão do réu.
- Ⓓ Cabe apelação contra a decisão de liquidação, pois o processo, nesse caso, é de conhecimento autônomo.
- Ⓔ A ocorrência de resultado zero na fase de liquidação caracteriza violação da coisa julgada.

QUESTÃO 46

Acerca da execução, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso o título executivo extrajudicial não apresente valor líquido e certo, faz-se necessária a liquidação por cálculo mediante demonstrativo de débito.
- Ⓑ Admite-se o litisconsórcio na execução, com exceção do ulterior ou superveniente.
- Ⓒ O adimplemento do devedor e a posse de título de crédito pelo credor constituem pressupostos específicos do processo executivo.
- Ⓓ A sentença arbitral inclui-se entre os títulos executivos extrajudiciais.
- Ⓔ No processo de execução, a legitimidade ativa é caracterizada como ordinária, extraordinária ou sucessiva.

QUESTÃO 47

A respeito dos princípios do direito penal e da aplicação da lei penal no espaço e no tempo, assinale a opção correta.

- Ⓐ É permitida a criação de tipos penais por meio de medida provisória.
- Ⓑ A lei penal, depois de revogada, não pode continuar a regular fatos ocorridos durante a sua vigência ou retroagir para alcançar os que tenham ocorrido anteriormente à sua entrada em vigor.
- Ⓒ No Código Penal (CP), é adotada a teoria da ubiquidade, segundo a qual tanto o momento da ação quanto o do resultado são relevantes para a definição do momento do crime.
- Ⓓ Em se tratando de crime continuado ou de crime permanente, será aplicada a lei penal mais benéfica caso surja lei penal mais grave antes da cessação da continuidade ou permanência da conduta criminosa.
- Ⓔ O princípio da reserva legal impõe a existência de lei anterior ao fato cometido pelo agente, com definição precisa no preceito primário incriminador, vedada a criação de tipos vagos ou imprecisos.

QUESTÃO 48

No que se refere a fato típico e a seus elementos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O fato típico é composto apenas pela conduta do agente, dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva, e pelo resultado.
- Ⓑ As normas de extensão ampliam o tipo penal, incluindo hipóteses não previstas expressamente pelo legislador, e não são admitidas no ordenamento jurídico brasileiro, em face do princípio da taxatividade da lei penal.
- Ⓒ Entende-se por injusto penal a conduta já valorada como ilícita e culpável.
- Ⓓ Crimes omissivos próprios, puros ou simples são descritos por meio de uma conduta negativa, de não fazer o que a lei determina, consistindo a omissão na transgressão da norma jurídica somada à ocorrência de um resultado naturalístico.
- Ⓔ Um resultado típico perpetrado por alguém em razão de força irresistível, de movimentos reflexos ou de estado de inconsciência não pode ser atribuído penalmente a seu causador, dada a inexistência de conduta.

QUESTÃO 49

Com relação a erro de tipo, erro de proibição e a pessoa, assinale a opção correta.

- A** De acordo com a teoria limitada da culpabilidade, adotada no CP, o erro que recai sobre uma situação fática configura erro de tipo permissivo, e o erro do agente sobre os limites ou a existência de uma causa de justificação, erro de proibição.
- B** O erro de tipo accidental recai sobre as circunstâncias elementares ou qualquer outro dado que se agregue à figura típica: se invencível, afasta o dolo e a culpa; se vencível, autoriza a punição do agente por crime culposo previsto em lei.
- C** O erro sobre a pessoa pode isentar o réu de pena, consideradas as condições ou qualidades da vítima.
- D** Configura *aberratio criminis*, ou resultado diverso do pretendido, o fato de o agente, por acidente ou erro no uso dos meios de cometimento do crime, atingir pessoa diversa da que pretendia ofender.
- E** As discriminantes putativas não permitem a isenção de pena do agente porque este age supondo encontrar-se em situação de excludente de ilicitude que, de fato, não existe.

QUESTÃO 50

Acerca da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- A** A inexigibilidade de conduta diversa constitui causa legal de exclusão da culpabilidade.
- B** O erro de proibição indireto caracteriza-se como o fato de o erro do agente recair sobre o conteúdo proibitivo de uma norma penal.
- C** A coação física irresistível e a estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico constituem causas que excluem a culpabilidade do agente.
- D** Para o reconhecimento da excludente de culpabilidade caracterizada pela obediência hierárquica, é necessária a existência de relação de hierarquia, no âmbito do serviço público, entre o executor e o autor da ordem da prática do ato delituoso.
- E** A embriaguez, ainda que voluntária, que cause ao agente de crime plena incapacidade de entender o caráter ilícito do fato é motivo de isenção de pena.

QUESTÃO 51

Com relação a penas, assinale a opção correta.

- A** São três as modalidades de penas privativas de liberdade: prisão simples, detenção e reclusão; as de reclusão devem ser cumpridas em regime fechado ou semiaberto, e as de detenção, em regime aberto.
- B** De acordo com o CP, considera-se como regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média; regime semiaberto, em casa de albergado ou estabelecimento adequado; e regime aberto, a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou similar.
- C** A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo que o permitido conforme a pena aplicada.
- D** Consideram-se absolutas as teorias que concebem a pena como um fim em si mesma, ou seja, como uma retribuição pela prática de um crime; consideram-se relativas as teorias utilitaristas, que concebem e justificam a pena enquanto meio para a realização do fim utilitário da prevenção de futuros delitos.
- E** Segundo a teoria da prevenção geral negativa, a pena constitui um instrumento de infusão, na consciência geral, da necessidade de respeito a determinados valores, como forma de exercício da fidelidade ao direito e promoção da integração social.

QUESTÃO 52

A respeito dos institutos da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, assinale a opção correta.

- A** A aplicação do arrependimento posterior restringe-se aos crimes dolosos e aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à vítima.
- B** Em se tratando de crimes contra a ordem tributária, a reparação do dano ocorrida após a consumação do delito fiscal, depois de recebida a denúncia, não afasta a punibilidade do agente, não se confundindo com os institutos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.
- C** A lei penal impõe que a desistência seja voluntária, mas não espontânea.
- D** A desistência voluntária e o arrependimento eficaz constituem causas que excluem a antijuridicidade do fato típico.
- E** Caracteriza arrependimento posterior o fato de o agente, após esgotar todos os meios de que disponha para chegar à consumação do crime, arrepender-se e atuar em sentido contrário, evitando a produção do resultado inicialmente por ele pretendido.

QUESTÃO 53

Assinale a opção correta a respeito dos crimes contra a fé pública.

- Ⓐ O uso de documento falso ou a atribuição de falsa identidade visando à ocultação de antecedentes, ainda que para fins de autodefesa, configuram crime.
- Ⓑ Para a configuração do delito de falsa identidade, não se exige que o agente se utilize de documento verdadeiro e de titularidade de outrem, como se fosse seu, para ocultar a sua verdadeira identidade.
- Ⓒ O crime de uso de documento falso, cujo resultado naturalístico deve consistir na efetiva lesão ao bem jurídico e à fé pública, é material.
- Ⓓ É necessária a realização de prova pericial para a comprovação da materialidade do crime de uso de documento falso.
- Ⓔ Admite-se a aplicação do princípio da insignificância ao crime de moeda falsa, desde que as notas falsificadas sejam de pequeno valor, dada a mínima ofensividade da conduta do agente.

QUESTÃO 54

Termo circunstanciado de ocorrência foi lavrado contra Wanderley e sua ex-namorada Ildete, com quem jamais coabitou, por terem se desentendido em razão de ciúme. Na delegacia, Wanderley alegou que Ildete quebrara seu telefone celular e o agredira com socos e uma mordida no braço. Ildete confirmou, por sua vez, que quebrara o telefone celular de seu ex-namorado por ciúme, depois de descobrir que Wanderley havia efetuado ligação telefônica para outra mulher, narrando, ainda, que mordera o rapaz somente para se defender das agressões empreendidas por ele. O exame de corpo de delito constatou hematomas no braço e no rosto de Ildete e marca de mordida no braço de Wanderley. Não foi realizada audiência para fins de retratação da representação da vítima e, em razão dos fatos, Wanderley foi denunciado, regularmente processado e condenado à pena de oito meses de detenção, substituída por pena restritiva de direitos.

Considerando a situação hipotética acima relatada e o que dispõe a Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso apresentado, que caracteriza lesão corporal leve no âmbito doméstico, a ação penal é sempre pública condicionada à representação da vítima.
- Ⓑ Delito de lesões corporais envolvendo ex-namorados não configura hipótese de incidência dessa lei, cujo objeto é a mulher vista sob a perspectiva de gênero e em condições de hipossuficiência ou vulnerabilidade, o que não se verifica no caso.
- Ⓒ Na situação em apreço, não cabe o benefício da suspensão condicional do processo, que não se aplica aos crimes cometidos em contexto de violência doméstica, por expressa vedação legal.
- Ⓓ Na situação apresentada, é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos visto que o agressor foi condenado a pena inferior a quatro anos.
- Ⓔ Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, tal como se configura o caso apresentado, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência de realização obrigatória, de ofício ou a requerimento do MP e especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia.

QUESTÃO 55

Considerando os crimes ambientais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O delito de deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental advinda de dever legal ou contratual, previsto na lei que dispõe sobre os crimes ambientais, é classificado como crime próprio, visto que se insere no rol dos crimes contra a administração pública ambiental.
- Ⓑ Para a configuração do crime de pesca proibida, é desnecessário que a pesca com equipamentos proibidos possa, efetivamente, causar risco às espécies ou ao ecossistema.
- Ⓒ O delito de comercialização de pescados proibidos é previsto por uma norma penal em branco, o que demanda definição, por legislação complementar, da elementar do tipo, a saber, espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas.
- Ⓓ A pequena quantidade de pescado eventualmente apreendido desnatura o delito ambiental que pune a pesca ou sua comercialização durante o período em que seja proibida, isto é, em época de reprodução da espécie e com utilização de petrechos não permitidos.
- Ⓔ É inaplicável o princípio da insignificância aos crimes ambientais, em razão de a CF, consolidando tendência mundial de atribuir maior atenção aos interesses difusos, conferir especial relevo à questão ambiental, ao elevar o meio ambiente à categoria de bem jurídico tutelado autonomamente.

QUESTÃO 56

Acerca da aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

- Ⓐ De acordo com o princípio da imediatidade, serão exercidos sob a disciplina de legislação superveniente os atos processuais de processo em andamento ainda não iniciados.
- Ⓑ Em relação à aplicação de lei processual penal no espaço, o princípio da territorialidade é a regra geral, exceto em caso de crime contra a vida ou a liberdade do presidente da República, crime contra a administração pública e de delito de genocídio cometidos no estrangeiro.
- Ⓒ A lei processual penal posterior que, de qualquer modo, favoreça o agente deverá ser aplicada aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- Ⓓ De acordo com o entendimento majoritário, a lei processual penal posterior e mais gravosa ao réu não deve ser aplicada a fatos cometidos na vigência de norma anterior, em decorrência do princípio *tempus regit actum*.
- Ⓔ Os prazos iniciados na vigência de determinada norma processual penal, em nenhuma hipótese, poderão ser afetados por norma processual posterior.

QUESTÃO 57

No que se refere à ação penal e à ação civil *ex delicto*, assinale a opção correta.

- Ⓐ A conclusão, pelo juízo criminal, de que o fato narrado na denúncia não constitui crime ou a declaração da não existência de provas suficientes para a condenação do réu, assim como a proclamação da extinção da punibilidade, não obstam a propositura da ação civil *ex delicto*.
- Ⓑ Não sendo proposta a ação penal para responsabilizar o agente por determinado crime, a vítima estará impedida de ingressar com ação civil no intuito de reparar os danos causados por esse crime, visto que, nesse caso, o crime não terá sido judicialmente comprovado.
- Ⓒ A deflagração da persecução penal em juízo, em caso de ação penal pública condicionada, deve, obrigatoriamente, embasar-se nas informações existentes em inquérito policial.
- Ⓓ Independentemente da espécie de ação penal, se a vítima conceder o perdão ao agressor, a punibilidade será extinta, devendo o juiz arquivar a denúncia.
- Ⓔ O prazo decadencial para o início da ação penal pública condicionada — que pode ser iniciada com a representação do ofendido ou a requisição do ministro da Justiça — é de seis meses, contado a partir do conhecimento do autor do crime pelo ofendido ou seu representante.

QUESTÃO 58

A respeito de prisões cautelares e liberdade provisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ A liberdade provisória obtida mediante comparecimento a todos os atos de instrução do processo e pagamento de fiança obrigatória é sempre admitida, independentemente do crime cometido.
- Ⓑ A prisão em flagrante, assim como a prisão preventiva, é permitida apenas se o crime cometido for punível com pena privativa de liberdade superior a quatro anos de reclusão.
- Ⓒ A prisão preventiva é condicionada à imposição de medida cautelar anterior e funciona em substituição a esta.
- Ⓓ A exigência de que o crime cometido seja punível com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos não se aplica no caso de a prisão preventiva ser decretada para se garantir a execução de medidas cautelares anteriormente cominadas.
- Ⓔ O pagamento de fiança é obrigatório para a colocação de preso em liberdade provisória, podendo a exigência da fiança ser cumulada com outra medida cautelar.

QUESTÃO 59

No que concerne aos juizados especiais criminais e à suspensão condicional do processo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O prazo prescricional fica suspenso ao ser aceita a suspensão condicional do processo, o que não impede o beneficiado de discutir em juízo, sob a alegação de atipicidade ou de outra causa extintiva de punibilidade, a validade do acordo.
- Ⓑ O benefício da suspensão condicional do processo pode ser revogado pelo juiz caso o beneficiário seja processado pela prática de outro crime ou descumpra quaisquer condições estabelecidas em juízo.
- Ⓒ A suspensão do processo subordina-se à imposição cogente das medidas cautelares prevista no Código de Processo Penal (CPP), exceto no que se refere à prisão preventiva.
- Ⓓ A participação do ofendido na suspensão condicional do processo é obrigatória, em especial no que se refere à discussão da reparação dos danos causados pela infração; desse modo, impede-se a rediscussão do objeto na esfera civil.
- Ⓔ A suspensão condicional do processo que resulte na condenação do beneficiário da prática de crime doloso será obrigatoriamente revogada apenas se houver trânsito em julgado de sentença penal condenatória pela prática de novo crime.

QUESTÃO 60

Jonas, servidor público municipal, falsificou, no exercício da função pública, certidões para habilitar terceiro a obter isenção de ônus de serviço público. O réu, maior, capaz e tecnicamente primário, foi denunciado pela prática do delito de falsificação, tendo o MP ofertado proposta de transação.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta no que se refere aos juizados especiais criminais e à transação penal.

- Ⓐ A proposta de transação deve ser rejeitada pelo juízo caso Jonas tenha sido anteriormente condenado por crime doloso e sentenciado a pena restritiva de direitos, estando o processo ainda em curso em instância superior.
- Ⓑ A admissibilidade da transação fica condicionada à reparação dos danos causados pelo delito, caracterizando a decisão homologatória título executivo perante o juízo cível.
- Ⓒ Aceita e homologada a transação, poderá o juiz converter a pena em privativa de liberdade, nos termos previstos em lei de regência, caso haja descumprimento das condições estabelecidas.
- Ⓓ Caso a transação proposta pelo MP seja admitida pelo juízo e aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena, que poderá ser restritiva de direitos ou multa; caso a pena, homologada pelo juízo, seja descumprida por Jonas, haverá o prosseguimento da ação penal.
- Ⓔ O juízo deve rejeitar a proposta de transação caso Jonas tenha sido anteriormente condenado por crime culposos e tenha sido aplicado o sursis, com sentença condenatória pendente de julgamento.

QUESTÃO 61

No que tange às citações e às intimações no processo penal, assinale a opção correta.

- A** O acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado ou não comunicar ao juízo, no caso de mudança de residência, seu novo endereço, sofrerá, sem a sua presença, as consequências processuais do prosseguimento do processo.
- B** O réu que não seja encontrado deve ser citado por hora certa, com intervalo de quinze dias entre as diligências.
- C** Caso o réu, intimado por hora certa, não compareça ao ato processual nem o faça seu advogado constituído, o processo e o curso do prazo prescricional ficarão suspensos, sendo vedada a produção de provas que não sejam consideradas urgentes.
- D** A intimação pessoal, feita pelo escrivão, não prescinde do nome do acusado, bem como da publicação em órgão específico de publicação dos atos judiciais.
- E** A citação do militar, assim como a do servidor público, deve ser feita por intermédio do chefe do respectivo serviço.

QUESTÃO 62

Considerando a sentença penal e seus efeitos, assinale a opção correta.

- A** Um dos efeitos necessários da sentença penal condenatória é a prisão do réu.
- B** Os efeitos extrapenais da sentença condenatória, como a obrigação de reparar o dano causado pelo crime bem como a perda dos instrumentos utilizados na prática da infração penal e dos produtos dela provenientes, independem do trânsito em julgado.
- C** Tanto a sentença absolutória própria quanto a imprópria têm como efeito a vinculação do acusado à instância processual, até o trânsito em julgado.
- D** A sentença penal condenatória, ainda que recorrível, implica entre outros efeitos imediatos, a inclusão do nome do réu no rol dos culpados.
- E** A prolação da sentença penal causa o esgotamento dos poderes jurisdicionais do magistrado, que, com relação ao feito, não pode mais praticar nenhum ato decisório, exceto em eventuais provocações, por meio de recurso próprio.

QUESTÃO 63

As normas previstas no Código de Defesa do Consumidor (CDC) caracterizam-se como

- A** de ordem privada e de interesse econômico.
- B** de ordem pública e privada.
- C** de ordem pública e de interesse econômico.
- D** de ordem pública e de interesse social.
- E** de interesse social e econômico.

QUESTÃO 64

Considere que João seja carpinteiro autônomo e que José, soldador, seja dono de uma empresa e só exerça suas atividades como pessoa jurídica. Considere, ainda, que João e José compreem frequentemente brocas para as furadeiras que utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Nessa situação,

- A** tanto João quanto José, como pessoas físicas, são consumidores do produto.
- B** tanto João quanto a pessoa jurídica de José são consumidores do produto.
- C** somente José, como pessoa física é consumidor do produto.
- D** somente João é consumidor do produto.
- E** somente a empresa de José é consumidora do produto.

QUESTÃO 65

Os direitos básicos do consumidor estabelecidos no CDC abrangem

- A** a prevenção potencial e a efetiva reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- B** a reparação potencial e a efetiva prevenção de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- C** a reparação efetiva de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos, mas não a sua prevenção.
- D** a reparação potencial de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos, mas não a sua prevenção.
- E** a prevenção efetiva e a reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

QUESTÃO 66

Suponha que determinada empresa pretenda lançar no mercado uma ração humana com poder de fortalecer a musculatura e provocar emagrecimento. Nessa situação, consoante as normas contidas no CDC, é facultativa a informação, na embalagem do produto, a respeito

- A** da qualidade do produto.
- B** dos riscos que o produto possa apresentar.
- C** do preço do produto.
- D** da composição do produto.
- E** da quantidade de calorias por porção do produto.

QUESTÃO 67

Considere que um produto eivado de vício de qualidade e de quantidade tenha sido distribuído no comércio por meio de uma cadeia de fornecedores. Nessa situação, a responsabilidade pelo vício é

- A** solidária entre os fornecedores, na hipótese de o vício tornar o produto impróprio ou inadequado ao consumo.
- B** solidária entre os fornecedores, somente ocorrendo a responsabilização se o vício tornar o produto impróprio ao consumo.
- C** subsidiária entre os fornecedores, desde que o vício torne o produto impróprio ou inadequado ao consumo.
- D** subsidiária entre os fornecedores, somente ocorrendo a responsabilização se o vício tornar o produto impróprio ao consumo.
- E** subsidiária entre os fornecedores, somente ocorrendo a responsabilização se o vício tornar o produto inadequado ao consumo.

QUESTÃO 68

Tadeu adquiriu um veículo novo e o recebeu sem qualquer garantia adicional advinda do revendedor ou do fabricante. Após alguns dias do recebimento, o veículo apresentou defeito.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar, com relação à decadência e à prescrição, que o direito de Tadeu obter a reparação

- A** decai após trinta dias contados da compra.
- B** decai após trinta dias contados do recebimento.
- C** decai após noventa dias contados da verificação do defeito.
- D** prescreve após trinta dias contados da compra.
- E** prescreve após noventa dias contados da compra.

QUESTÃO 69

Caso uma montadora automobilística interrompa definitivamente a produção de um modelo específico de veículo, a obrigatoriedade do fornecimento de peças de reposição pela montadora deve ocorrer

- A** até um ano após a data em que encerrar a produção do modelo.
- B** até trinta dias após a data em que encerrar a produção do modelo.
- C** por tempo razoável, na forma da lei, após a data em que encerrar a produção do modelo.
- D** até a data em que encerrar a produção do modelo.
- E** até noventa dias após a data em que encerrar a produção do modelo.

QUESTÃO 70

A partir da leitura do CDC depreende-se que é permitida cláusula contratual de consumo que possibilita

- A** estabelecer a inversão do ônus da prova em detrimento do consumidor.
- B** determinar a utilização compulsória de arbitragem.
- C** impor a necessidade de representante para concluir ou realizar, em lugar do consumidor, outro negócio jurídico.
- D** subtrair do consumidor o reembolso possível da quantia já paga.
- E** transferir a responsabilidade aos fornecedores.

QUESTÃO 71

Com base no disposto na Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta a respeito dos juizados especiais cíveis.

- A** Os conciliadores e os juízes leigos são auxiliares da justiça recrutados, respectivamente, entre os bacharéis em direito e entre advogados com mais de dez anos de experiência.
- B** As ações possessórias não se incluem entre as competências dos juizados especiais, uma vez que a complexidade desse tipo de ação é incompatível com o rito célere desses juizados.
- C** As causas relativas ao estado e à capacidade das pessoas só serão processadas e julgadas nos juizados especiais se forem de cunho meramente patrimonial.
- D** Excetuada a hipótese de conciliação, a opção pelo procedimento dos juizados especiais importará em renúncia ao crédito excedente ao valor de quarenta vezes o salário mínimo.
- E** Em se tratando de ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente para as causas dos juizados especiais o juizado do foro do domicílio do réu.

QUESTÃO 72

Em relação aos sujeitos processuais nos juizados especiais cíveis estaduais, assinale a opção correta.

- A** Não é admitida qualquer forma de intervenção de terceiros, de assistência ou litisconsórcio nos processos que tramitam perante os juizados especiais.
- B** Sendo facultativa a assistência da parte por advogado, o mandato poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- C** Os juízes leigos estarão impedidos de exercer a advocacia em qualquer órgão judicial, durante o período em que estiverem vinculados aos juizados especiais.
- D** Não poderão ser partes nos processos que tramitam perante os juizados especiais o incapaz, a massa falida e o insolvente civil, entre outros.
- E** O maior de dezoito anos de idade poderá ser autor, independentemente de assistência, salvo para fins de conciliação.

QUESTÃO 73

Acerca da conciliação e do juízo arbitral no âmbito dos juizados especiais cíveis, assinale a opção correta.

- A** O juiz togado não participa da fase de conciliação, que será conduzida sempre por juiz leigo ou por conciliador sob sua orientação.
- B** A conciliação deve ser reduzida a escrito e, então, homologada pelo juiz togado mediante sentença sem eficácia de título executivo.
- C** Instaurado o juízo arbitral, o árbitro conduzirá o processo com os mesmos critérios do juiz togado, não podendo, no entanto, decidir por equidade.
- D** Ao término da instrução perante o juízo arbitral, o árbitro apresentará o laudo ao juiz togado para homologação por sentença, contra a qual poderá ser interposto recurso inominado à turma recursal.
- E** Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, que será instaurado independentemente de termo de compromisso.

QUESTÃO 74

No que se refere aos juizados especiais estaduais e federais, assinale a opção correta.

- A** Ao contrário do que ocorre nos juizados especiais estaduais, nos juizados especiais federais, é possível que pessoas jurídicas de direito público figurem no polo passivo das demandas.
- B** Os juizados especiais estaduais e federais têm competência para julgar as causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas aquelas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
- C** Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os juizados criminais estaduais, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano e, para os juizados criminais federais, não superior a dois anos.
- D** Tanto na esfera federal quanto na estadual, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei quando há divergência quanto à interpretação da lei entre decisões sobre questões de direito material ou processual proferidas por turmas recursais.
- E** Sendo a Lei n.º 9.099/1995 lei especial, as suas disposições, relativas aos juizados especiais estaduais, não se aplicam no âmbito dos juizados federais, já o CPC aplica-se subsidiariamente nos juizados estaduais e federais.

QUESTÃO 75

Assinale a opção correta no que concerne aos procedimentos no âmbito dos juizados especiais cíveis.

- A** Além da possibilidade de reconvenção, é lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos que constituam objeto da controvérsia.
- B** Não instituído o juízo arbitral, proceder-se-á imediatamente à audiência de instrução e julgamento, na qual serão ouvidas as partes e colhidas as provas, dispondo o julgador, em regra, de quinze dias para proferir sentença.
- C** A prova oral não pode ser reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos, e a instrução pode ser dirigida por juiz leigo, sob a supervisão de juiz togado.
- D** Não é admissível sentença condenatória por quantia ilíquida, exceto se genérico o pedido, sendo inexistente a sentença na parte que exceder a quantia de quarenta vezes o salário mínimo.
- E** A contestação, que pode ser oral ou escrita, deve conter toda a matéria de defesa, inclusive a arguição de suspeição ou impedimento do juiz.

QUESTÃO 76

Acerca dos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- A** Tratando-se de ação penal pública incondicionada, o MP poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos, o que não é possível em ação penal pública condicionada à representação.
- B** A competência do juizado será determinada pelo lugar em que tenha sido praticada a infração penal ou pelo lugar em que se tenha produzido o resultado, aplicando-se a teoria da ubiquidade.
- C** Não sendo o acusado encontrado para ser citado, a secretaria do juizado procederá de imediato à sua citação por hora certa.
- D** Não se faz necessária a presença de advogado para a defesa do acusado, que, no entanto, poderá constituir causídico ou solicitar a nomeação de defensor público.
- E** Na ação penal de iniciativa privada, a homologação da composição civil dos danos acarreta a renúncia ao direito de queixa.

QUESTÃO 77

A respeito do procedimento sumaríssimo criminal e respectivos recursos, assinale a opção correta.

- A** Oferecida a denúncia, o acusado deve receber documento com a designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, na qual ocorrerá a sua citação pessoal.
- B** Recebida a denúncia ou queixa, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se, necessariamente, a seguir, o acusado e passando-se imediatamente aos debates orais e à apresentação de memoriais.
- C** Os embargos de declaração — que devem ser opostos por escrito, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão —, quando ofertados contra sentença, não suspendem o prazo para a interposição de outros recursos.
- D** Se a complexidade do caso não permitir o imediato oferecimento da denúncia, que deve ser oferecida por escrito, o MP deverá requerer ao juiz a realização de diligências imprescindíveis.
- E** Da decisão de rejeição da queixa cabe apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do juizado.

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta com relação à execução das sentenças cíveis proferidas pelos juizados especiais estaduais.

- A** Em se tratando de obrigação de fazer não cumprida, o juiz cominará multa diária, não podendo, no entanto, converter a condenação em perdas e danos.
- B** Nas alienações de bens, sendo o preço ofertado em leilão inferior ao da avaliação, para pagamento à vista, o juiz, independentemente de oitiva das partes, determinará ao devedor que ofereça caução idônea.
- C** O devedor poderá oferecer embargos, desde que não versem sobre causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, mesmo que superveniente à sentença.
- D** Tratando-se de execução de título executivo extrajudicial no valor de até quarenta salários mínimos, se não houver bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor.
- E** As sentenças, líquidas ou ilíquidas, serão executadas no próprio juizado, mediante citação do devedor para efetuar o pagamento do débito.

QUESTÃO 79

Assinale a opção correta acerca da execução das sentenças criminais e da suspensão condicional do processo no âmbito dos juizados especiais estaduais.

- A** Não efetuado o pagamento da multa, será feita a inscrição do nome do condenado na dívida ativa, com a conversão em pena restritiva de direitos, vedada a conversão em pena privativa de liberdade.
- B** A execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos deve ser processada perante o juízo da condenação, aplicando-se subsidiariamente as normas da lei de execuções penais.
- C** Aplicada exclusivamente pena de multa, seu cumprimento far-se-á mediante pagamento junto à Secretaria da Receita Federal.
- D** Devidamente aceita a proposta de suspensão condicional do processo, o juiz, recebendo a denúncia, poderá determinar a suspensão, submetendo o acusado a período de prova.
- E** Efetuado o pagamento da pena de multa, o juiz declarará extinta a punibilidade, determinando que a condenação não conste, para nenhum efeito, dos registros criminais.

QUESTÃO 80

Em relação ao pedido de uniformização de interpretação de lei federal no âmbito dos juizados especiais, assinale a opção correta.

- A** Eventuais interessados, ainda que não sejam parte no processo, podem manifestar-se, perante o órgão julgador competente, no prazo de trinta dias.
- B** O pedido fundado em divergência entre turmas da mesma região será julgado pelo tribunal a que essas turmas estiverem vinculadas.
- C** O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- D** A orientação a ser acolhida pelo órgão julgador competente, em questões de direito material, não poderá contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
- E** No âmbito do julgamento do pedido de uniformização, não é prevista a possibilidade de concessão de medida liminar para a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos